

OPINIÃO

Administração pública e compromisso social

AGACIEL DA SILVA MAIA

*Diretor-geral do Senado Federal,
autor do livro Tempo de transformação*

Não é de hoje o reconhecimento de que a modernização da administração pública é componente essencial da estratégia de desenvolvimento de qualquer país. Sem enveredar para a quimera de uma revolucionária mudança, podemos, sim, no caso do Brasil, sonhar com um processo reformador, mesmo que de forma gradual, mediante passos firmes e conseqüentes, que possam conduzir a um sistema administrativo mais eficaz, que sirva bem aos cidadãos e à sociedade, como produto de um Estado moderno, leve e ágil.

O processo reformador deve apontar para uma administração pública não apenas mais produtiva, mas, também, mais reguladora e fiscalizadora, que seja mais próxima das demandas dos cidadãos e que assegure, ainda, de modo eficaz, o exercício dos seus direitos. Vale ressaltar, contudo, que o fato de clamarmos por mudanças, não significa que dispomos de uma má administração em todos os setores. Há, de fato, setores que guardam extrema precariedade administrativa. Mas há, também, muita coisa positiva no nosso sistema público administrativo. Reformas, no entanto, são necessárias.

É necessário radiografar nosso sistema administrativo de maneira a identificar melhor suas carências, contradições e defeitos. A partir daí, podemos atuar pontualmente para melhorar, aperfeiçoar, facilitar a tomada de decisões e criar

condições para que planos e metas possam ser executados de forma eficaz.

Uma reforma administrativa no setor público, ainda que modesta, tende a mexer com muitos interesses, alguns de natureza corporativa, provocando inquietações e receios, coisa natural. Afinal, pedras lançadas no lago do *status quo* certamente vão produzir movimento em seu interior e o surgimento de ondas. Contudo, é preciso ressaltar que a situação atual, em alguns setores, é incompatível com a disponibilidade dos recursos disponíveis e com as exigências da sociedade.

O setor público, dentro de um sistema internacional globalizado, deve se adequar aos melhores padrões administrativos de excelência, de modo a que o país possa reduzir custos desnecessários e elevar sua competitividade. Em linhas gerais, o que está em análise é o tipo de nação que queremos construir. Reduzir custos, melhorar eficiência e produtividade — fatores incisivos no sistema globalizado — não são exigências exclusivas para o setor privado. São exigências feitas também ao setor público, que não pode ficar alheio a esses paradigmas. Muito pelo contrário. Por utilizar os recursos que são de todos, oriundos das receitas tributárias, o setor público tem de ser o primeiro no esmero da gestão, na busca dos resultados e nos cuidados com os os gastos. Não pode dispor de estruturas pesadas que contribuam para gerar custos desnecessários aos demais integrantes do sistema produtivo, e nem de sistemas dispendiosos, com excesso de regulamentos, de normas e de funcionários.

A sociedade brasileira exige, já há bastante

tempo, sensíveis mudanças do setor público, da sua máquina, que resulte em melhorias substantivas dos serviços prestados à população. Exige de todo o setor público, acima de qualquer coisa, um compromisso social. Temos de reduzir a burocracia e evitar, de qualquer maneira, que o Estado contribua, de alguma forma, para a elevação do chamado custo Brasil, seja pelo mau funcionamento da máquina pública, seja pela carência de investimentos em infra-estrutura.

Em um processo de mudanças, não somente os gestores públicos têm papel a desempenhar. É importante que todos os funcionários públicos, do mais simples ao mais qualificado, participem desse processo de readaptação do Estado. Uma vigorosa modernização da administração pública terá de incidir, particularmente, nos domínios da administração central do Estado; nos regimes da função pública; no maior uso da informática e na melhor qualificação dos recursos humanos.

No cerne dessa reforma destacam-se, como desafios maiores, a gestão estratégica, a reestruturação organizacional, a simplificação de processos, a gestão por objetivos, a adoção de novos sistemas de avaliação dos funcionários e dos serviços, bem assim aquelas conhecidas questões, referentes à gestão financeira pública. O sistema democrático do país está suficientemente maduro para exigir de todos os homens públicos brasileiros a mais absoluta identidade, na gestão pública, com os interesses da população, cobrar resultados e mudanças necessárias para que o Brasil dê um grande salto no caminho do desenvolvimento.